



José Lino e Diego Paumari carregando o peixe do lago Redondo

Foto: Dafne Spoliti/OPAN.

## A maior pesca Paumari

Durante 14 dias, o povo Paumari do rio Tapuá, na região Sul do Amazonas, realizou entre outubro e novembro a sua quinta pesca manejada de pirarucu. Mesmo com a equipe incompleta por conta de um curso que estava sendo realizado na cidade, homens, mulheres e jovens se organizaram entre as funções de pesca e transporte, limpeza e evisceração, armazenamento no gelo, monitoramento, coordenação de combustível para deslocamento e cozinha. Com apoio do projeto Raízes do Purus, patrocinado pela Petrobras por meio do programa Petrobras Socioambiental, foram pescados 502 peixes, totalizando 30 toneladas de pescado de qualidade.



Foram 202 peixes a mais que no ano anterior, a partir de cota autorizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e anuência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Além disso, os Paumari tiveram outras estratégias de pesca este ano. Decidiram deixar seu maior lago em reserva para que os pirarucus tenham maior tempo de crescimento e, assim, ao invés de dois ambien-

tes, foram para sete lagos em diferentes pontos do rio, levando com eles um novo flutuante de pré-beneficiamento, construído de acordo com as orientações da Agência de Defesa Agropecuária e Floresta do Estado do Amazonas (Adaf)\*.

“No nosso manejo a gente vem desde o começo buscando fazer o melhor”, destacou Germano Paumari.

A partir da escolha de ir para outros lagos, foram pescados peixes maiores (10 quilos a mais em relação ao ano passado), sendo o maior deles um *Arapaima gigas* de 2,37 metros de comprimento. Dessa forma alcançaram a meta das 30 toneladas, comercializadas em parceria com a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), organização comunitária da região do Médio rio Juruá, possibilitando aos consumidores um peixe saudável não apenas por ser de rio, mas pelo tratamento que é dado por eles. “Não gabando a gente mesmo, mas o nosso peixe é da melhor qualidade”, disse Francisco Paumari.

Com o novo flutuante de pré-beneficiamento, o tratamento do peixe contou também com ampla participação de mulheres e jovens. “O que

me surpreendeu foi a maior inclusão das pessoas com essa nova estrutura”, disse o indigenista da OPAN, Diogo Henrique Giroto, explicando que antes, sem o guincho, chegavam a ser quatro homens para erguer cada pirarucu, o que agora pode ser feito por uma pessoa. Diogo destacou que os Paumari estão de parabéns porque todo o planejamento foi cumprido, a pesca foi realizada com calma e o objetivo foi alcançado. “Foi um grande sucesso”, concluiu ele.

\*A estrutura foi construída por meio do projeto *Parceria para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia*, com apoio do Serviço Florestal Americano e recurso da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid).



Lacre nº 1000 marca a trajetória do manejo

Foto: Dafne Spoliti/OPAN.

Projeto:



Realização:



Patrocínio:



PETROBRAS



# Com o manejo, mais autonomia

Antes do manejo de pirarucu o povo Paumari do rio Tapauá, no sul do Amazonas, pescava de forma ilegal e entregava o peixe aos chamados “patrões” a partir de trocas injustas. Eles viviam com medo de encontrar órgãos ambientais e até mesmo a Fundação Nacional do Índio (Funai). Tinham trabalho com a pesca, a salga e secagem, e muitos gastos. Muitas vezes já começavam a pescar devendo dinheiro do sal e de combustível. Também era comum a entrada de barcos pesqueiros na sua terra indígena. Levavam os peixes miúdos, prejudicando a alimentação do dia a dia dos Paumari.

Gerson Araújo Paumari contou que entravam 12, 13 barcos de pesca numa temporada de verão amazônico. Ele disse que uma vez um barco que saiu com toneladas de peixe deixou em troca apenas 10 litros de diesel, uma arpoeira, cinco quilos de açúcar, cinco pacotes de café e bolacha. Os Paumari esperavam ter recebido um pagamento conforme combinado, mas o dinheiro nunca chegou. Enquanto isso, o comerciante recebeu R\$ 56 mil reais, como descobriram posteriormente.

Para sair dessa situação, precisaram se organizar, romper conflitos internos e se fortalecer. “Sem essa parte da organização comunitária não tem manejo”, disse Eugênio Paumari.

“Essa união trouxe mais força pra gente conhecer nossos direitos”, destacou Germano Paumari, um dos que desde o início acreditou no manejo de pirarucu.

Unidos, eles foram decidindo parar de pescar e de permitir a entrada de barcos pesqueiros durante cinco anos, além de fazer vigilância territorial, uma importante etapa do manejo de pirarucu, como afirma Gilmar Paumari:

**“A vigilância é importante. É mais importante do que tudo. Quanto mais vigilância, mais peixes a gente vai ter.”**

Com esses e outros passos da atividade, passaram de 50 peixes inicialmente para os 502 deste ano, mostrando a consolidação da atividade. “É um sucesso porque eles fazem isso naturalmente. Faz parte do cotidiano, do dia a dia deles. O sucesso está baseado no ser-estar Paumari”, destacou o indigenista Diogo Henrique Giroto, da OPAN.

Foto: Dafne Spolti/OPAN.



Pesca no lago Redondo

A partir do manejo, os Paumari melhoraram a alimentação e sua qualidade de vida. “Se você quiser comer uma queixada você come, uma anta, um quelônio...”, destacou Eugênio Paumari, sendo que este último é, por unanimidade, o prato preferido deles.

Hoje, com o manejo, os Paumari não são mais reféns daqueles patrões de antes. Sabem dar o preço do peixe e não são enganados. Ainda que seja necessário melhorar o preço do pescado em todo o estado, eles ganham melhor, pagam as suas contas e pegam nota fiscal das compras, como contou Sara Paumari, mencionado este processo junto ao comerciante Nildo, com quem tem outro tipo de relação de confiança.

“Eles olham a diferença que a gente teve a partir do manejo”, disse ela. Com o manejo, individualmente e coletivamente os Paumari estão fortalecidos, tanto que hoje querem transformar as três terras, do Lago Paricá, Manissuã e Cuniuá, em uma só grande terra Paumari do rio Tapauá.



Todos juntos na conclusão da pesca de 2018

Foto: Dafne Spolti/OPAN.

Colaboraram nesta edição: Gustavo Silveira, Diogo Henrique Giroto, Magno de Lima dos Santos, Antonio Miranda Neto, Tarsila dos Reis Menezes, Leonardo Pereira Kurihara, Ivar Busatto. **Jornalista responsável:** Dafne Spolti (DRT 1785/MT). **Design gráfico:** Marcos Silva (Markeetoo).

**Nossos contatos:** Operação Amazônia Nativa - OPAN (www.amazonianativa.org.br). Telefone (65) 3322-2980. E-mail: comunicacao@amazonianativa.org.br.

# Um manejo colorido de urucum

Por Tarsila dos Reis Menezes\*

Como fazer um simples relato de um manejo tão grandioso, sendo que nele há vários nuances e uma riqueza ímpar de particularidades do povo Deni. Assim, busco retratar um pouco da pesca Deni, realizada entre os dias 29 de agosto e 01 de setembro.

Ainda que os Deni sejam historicamente habitantes de terra firme e reconhecidos como bons caçadores, o *ve'e* (pirarucu) faz parte da gama de histórias da mitologia do povo. No acampamento da pesca o pajé Dr. Barros narrou a origem do *ve'e* com uma riqueza de detalhes e as pessoas ouviram atentamente.

“Quando vinham baixando o rio, o homem falou para a irmã dele: ‘agora você vai virar juriti e eu vou virar *ve'e*, aí ele pegou urucum e pintou todinho o corpo dela, a perna, o bico, e se pintou também, de *ve'e*. Disse: ‘Agora, onde eu estiver eu sou como *ve'e*, e onde eu estiver você fica sempre comigo, me beirando, você fica cantando e eu fico dentro da água, nos lagos e rios’. Ela concordou: ‘tá bom irmão, onde tu ficar eu vou cantar lá’, aí ela virou juriti e voou, e ele emborcou a canoa e virou *ve'e*. Onde o pessoal pega o *ve'e* ele fica cismado, porque ele de primeiro era gente, né!”



Doutor Barros

Foto: Tarsila Menezes/OPAN

Dr. Barros e Tanu estavam presentes para curar e rezar nas pessoas que ficassem enfermas, como ocorreu com Poravi. Logo que ele foi picado de cobra, Tanu chupou o veneno de sua perna, com a intenção de expelir e curar: “Assim que a cobra pica, tem que chupar o veneno na hora, e por para fora, para não fazer efeito, já o Dr. Barros, ele cantou em silêncio para curar o Poravi” explicou Tanu. Ao amanhecer, junto do técnico de enfermagem, Poravi partiu à cidade em busca de cuidados complementares, como soro antiofídico.

O acidente não interferiu no clima do acampamento, que este ano estava ainda maior: várias fogueiras, bancos, trapiches, mesas, redes e mosquiteiros configuravam a alegria da

Foto: Ronnayana Silva



Tarsila com Zamitarini, Tanuhurivi, Pharuha e Tuzeveni Deni

pequena “aldeiazinha”, como chamavam carinhosamente os Deni. A pesca exigiu trabalho e esforço de todas as equipes, mas o espaço estava cheio de vitalidade, brincadeiras e muitas risadas! Como sempre havia muita fartura, variados tipos de peixe, em suas diversas formas de preparo: moqueados, assados, fritos ou caldeirada – acompanhados, logicamente, de farinha. Também teve jacaré-açu, mutum e muitos macacos, com certeza os caçadores estavam sem panema, ou seja, com sorte. As fogueiras encontravam-se frequentemente acessas, cozinhando iguarias como mingau de banana, bucho de *ve'e* e ovos de jacaré.

Anciãos e lideranças marcaram presença na pesca, como os caciques Babá e Biruvi, pessoas que vivenciaram o processo de autodemarcação territorial, que lutaram arduamente para a homologação da Terra Indígena, e que hoje enxergam o manejo do *ve'e* como reflexo dessa luta. Para os Deni o manejo do *ve'e* está vinculado a uma série de conquistas, já que as narrativas orais desse teor estão sempre vivas e pulsantes. Assim, discursar sobre o manejo do *ve'e* necessariamente remete à época da exploração dos padrões de seringa, rememorar a luta pela demarcação da terra, ressaltar a importância da vigilância territorial, a elaboração do plano de gestão, a preservação dos lagos,



Pesca de pirarucu dos Deni

Foto: Renato Rodrigues Rocha/OPAN

e a subsequente abundância dos recursos naturais.

Mesmo com todas essas conquistas os Deni têm consciência de que ameaças ainda existem. É nesse viés, pensando a proteção do território, que eles e os vizinhos extrativistas vêm se articulando. Hoje existe um constante diálogo com os ribeirinhos, à medida que os Deni participam de fóruns, encontros e reuniões vinculados ao Território Médio Juruá. As relações estão se estreitando cada vez mais e hoje o manejo dos Deni é reconhecido e valorizado pelos habitantes da RDS Uacari e Resex Médio Juruá. Cabe destacar que os Deni contaram, como em outros anos, com a ajuda dos Paumari.

No último dia de pesca os manejadores a finalizaram em grande estilo: pintaram seus rostos de urucum, com o grafismo do *ve'e*, rememorando a história cosmológica do peixe que era gente. O pajé Dr. Barros em tom de brincadeira exclamou: “vocês só pegaram todos os *ve'es* porque eu rezei para eles aparecerem!”, as risadas foram muitas.

Confesso que o momento de despedida apertou o meu coração, mas as partidas foram alegres. Animadas, as famílias levavam vísceras salgadas de pirarucu para preparar em suas respectivas aldeias. Também carregavam consigo a experiência de mais um ano de pesca e do momento vivido.

“Quando for lá pelas seis horas da tarde, eu vou ficar lembrando, vou ficar lembrando de tudo isso, de como foi *amushide* (bom), também vou me lembrar de você”.

Essas foram as últimas palavras que, ouvi, sorrindo.

**\*Tarsila dos Reis Menezes é indigenista, antropóloga e membro da OPAN. Trabalha há quatro anos com o povo Deni do rio Xeruã.**

# Assembleia Deni

Concluindo a pesca manejada de pirarucu, o povo Deni se reuniu em setembro para a assembleia da Associação do Povo Deni do rio Xerua (Aspodex), apoiada pelo Raízes do Purus, momento em que discutiram sobre a proteção da terra, a educação escolar, saúde, direitos, eleições e outros temas relacionados à sua qualidade de vida e dos Kulina e Kanamari presentes.

Foi apresentado no início o balanço financeiro da Aspodex, que teve avanços, resultado do maior conhecimento sobre gestão e dos acordos de repartição de benefícios, voltados ao coletivo. “Arikha associação amushide kha”, disse o tesoureiro Misiha Bukure Deni, mostrando o aumento de recursos e que as contas, aprovadas, estão indo bem.

A partir do manejo do pirarucu, de doações realizadas por cada aldeia, além de andiroba, alimentos do roçado e artesanatos, conseguiram alcançar recurso suficiente para desenvolver projetos próprios e decidiram, então, investir na criação de galinhas para consumo, comercialização e pensando ainda na possibilidade

de que componham a merenda escolar. Atualmente os Deni já tem escrito o projeto chamado Mahaniru, em que pretendem inserir produtos do seu roçado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). “Falta só autorização da prefeitura pra gente. Já temos DAP”, destacou o presidente da Aspodex, Pha’avi Hava Deni. A nutricionista da Secretaria de Educação de Itamarati, Danyelle Amazonas, se comprometeu a encaminhar a criação de um cardápio de acordo a alimentação deles e dos Kanamari, o primeiro passo para a prefeitura adquirir os alimentos para o PNAE.

Para manter a fartura na sua terra, os Deni fazem desde a época da demarcação, a vigilância territorial. O assunto teve ampla discussão. O vigilante A’airidé Kuniva Deni, destacou que é preciso ser rigoroso com a atividade e não deixar passar ninguém estranho do flutuante de vigilância. Mahuru Hava Deni disse também que a vigilância não deve ser feita por meninos novos. “Vigia tem que ser homem barbado”.

Apesar de avanços, questões sem solução

foram levantadas entre os presentes temas como a falta de medicamentos, o atendimento precário quando vão à cidade, a construção de um novo polo de saúde e, o mais urgente, as condições de transporte de doentes para o polo base, localizado na aldeia Morada Nova. Para as escolas querem formação para preenchimento de boletins, materiais didáticos, contratação de professores, merenda e outras demandas. Sem resposta há muitos anos, escreveram cartas cobrando as melhorias aos órgãos responsáveis.



Discussão sobre vigilância na assembleia

Foto: Dafne Spoliti/OPAN.

# SAF, o roçado dos antigos, se fortalece entre os Apurinã

Na primeira fase do Raízes do Purus, em 2013, o povo Apurinã implementou unidades de sistemas agroflorestais (SAFs) em quatro aldeias, conquistando maior diversidade de alimentos. Pouco a pouco foram ampliando as unidades, hoje presentes em 14 aldeias. Com a iniciativa, estabeleceram agendas comuns e fortaleceram a interação por meio dos encontros do SAF, ampliando as reflexões sobre a gestão do território e sua autonomia. Entre novembro e dezembro, organizados em grupos, eles vão realizar uma sequência de mutirões para fortalecer o trabalho.

“É um momento de muita conversa, de muita troca de experiência”, disse o indigenista da OPAN, Magno de Lima dos Santos sobre os mutirões. Nesses momentos, fazem coletivamente a limpeza de terrenos, preparam biofertilizantes e bioinseticidas e trocam informações sobre técnicas de plantio de variadas espécies de plantas, inclusive as medicinais. Além dos mutirões, os Apurinã têm participado de encontros com outras populações. “Sem dúvida os intercâmbios que eles fizeram contribuiu bastante para o conhecimento sobre os SAFs”, destacou Magno.

Em 2018, os Apurinã participaram de um curso de agrofloresta na Bahia, receberam em sua terra o professor Sebastião Pinheiro (engenheiro florestal e agrônomo que atua junto a comunidades no Brasil e no exterior) indígenas Ashaninka, Paumari e ainda os Jiahui do município de Humaitá, na bacia do rio Madeira. Com o professor, trabalharam formas simples e com baixo custo para enriquecer e avaliar a saúde do solo em relação às suas atividades biológicas. “O mais lindo não é eliminar a vida, é salvar, é criar vida, é fazer viver”, disse Sebastião, apontando a grandeza disso em direta oposição ao modelo do agronegócio. “Senti o gosto diferente no biribá daqui, que é de SAF. O sabor dele é bom, mais docinho. Eu vou falar

isso para a minha comunidade de lá”, observou Sebastião Djahui.

Antes de implementarem os sistemas agroflorestais, os Apurinã pensavam em trabalhar com uma agricultura mecanizada e com uso de agrotóxico, mas fazendo muitas reuniões, decidiram apostar na ideia de trabalhar o modelo diversificado dos roçados antigos, naturalmente orgânico. “No início do trabalho do SAF, fui desafiado a plantar com técnicas diferentes que não conhecia, e, hoje, eu sou quem desafia qualquer pessoa a conhecer essas técnicas praticadas por mim no meu dia-dia. Eu era um simples plantador de mandioca, mas hoje sou um verdadeiro agricultor e estou rico. Não tenho dinheiro, mais tenho fartura na mesa”, disse o cacique Marcelino Apurinã.

Durante o encontro deste ano, Benki Ashaninka,

falou de outras dimensões envolvidas nessa forma de plantio. “Trabalhando os SAFs não vamos depender de muitas coisas de fora. Além de trabalhar alimentos saudáveis, e até vender alimento bom, estamos fazendo o exemplo para a humanidade. Se estamos querendo resgatar uma história, a hora é essa, o espírito está na consciência, ele é livre, está no valor humano”, disse ele.

Além dos mutirões em dezembro dois Apurinã vão participar de um encontro da Associação do Povo Indígena Jiahui (Apij) para contar as suas experiências e, em fevereiro, da “Aula Viva”, que será realizada em uma sequência de dias entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, trocando o conhecimento acumulado entre seu povo junto a indígenas desses países e protegendo coletivamente os alimentos de cultura tradicional.



Cacique Marcelino Apurinã mostrando o pé de biribá de seu SAF

Foto: Dafne Spoliti/OPAN.